Produzir

NO BRASIL, O AGRO É SOLUÇÃO



Gustavo Diniz Junqueira*

O AGRONEGÓCIO tem que ser promovido como um dos principais vetores de desenvolvimento socioeconômico para o País, e não percebido como um problema ou gerador de passivos, diferentemente de outros países, onde o setor é um peso para o contribuinte.

No Brasil, pela nossa vantagem natural e comparativa e, principalmente, pela capilaridade geográfica do negócio, o agro é um instrumento de desenvolvimento regional que tem papel fundamental no contraponto a outros setores, estabelecidos em saturadas áreas urbanas.

Cidades pequenas e médias que têm o agro como a atividade econômica principal têm apresentado altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e padrões de empreendedorismo e autoestima superiores à média nacional.

Além da riqueza, do emprego e da renda proporcionados pelos negócios atrelados à sua cadeia produtiva, o agro tem efeito multiplicador, ao gerar externalidades positivas para a indústria, o comércio e o segmento de serviços.

Financiamento

Entretanto, a estrutura atual de financiamento do agro, fortemente calcada no recurso estatal, é um fator limitante para que o setor mantenha seu crescimento e que o Brasil cumpra o desafio, projetado pela ONU, de aumentar cada vez mais sua produção agrícola, a fim de atender a crescente demanda mundial por alimentos e energia renovável.

O desenvolvimento do agro vai exigir muito mais do que a atual estrutura de crédito rural estatal oferece, e, por isso, é fundamental redesenhar o modelo. O setor vem se organizando, se profissionalizando, e essa modernização tem despertado a atenção de investidores, que, porém, não encontram instrumentos adequados para canalizar seus recursos.

Essa transformação, além de estimular a atuação do mercado de capitais no setor, melhoraria a relação entre capital investido e retorno para o dinheiro público.

Se o Governo priorizasse recursos para ampliar e criar novas ferramentas de seguro, por exemplo, mitigaria riscos da atividade e, simultaneamente, abriria mais espaço para fundos de investimento e o mercado de capitais funcionarem como financiadores.

O crescimento do setor também depende fortemente da melhoria do ambiente regulatório, de um planejamento estratégico (responsabilidade do Estado e dos setores produtivos) de longo prazo e de um ataque fulminante ao crescente "Custo Brasil".

A indefinição acerca de um cenário normativo claro para a aquisição de terras por capital estrangeiro é um exemplo da fragilidade regulatória. Sem recursos externos, o agro não conseguirá desenvolver seu potencial, e até o desafio de recomposição de áreas florestais previsto no Código Florestal ficará comprometido.

Essa evolução do atual modelo exigirá avanços contínuos em governança e boa gestão por parte do setor produtivo, bem como menos interferência e mais regulação eficiente e transparente por parte do Estado.

2015

É inegável que o País necessita de mudanças e reformas profundas. Será somente pelo irrestrito, transparente e franco diálogo entre o Governo e a sociedade que as melhores decisões poderão ser tomadas e legitimadas.

Independentemente do conflito sadio de ideias numa sociedade ampla e heterogênea como a nossa, é convicção que a responsabilidade por mudanças é de todos nós, com as diferenças funcionando como insumo para o debate democrático, e não para o estímulo a divisões exacerbadas.

A oposição deve combinar com a crítica, a apresentação de propostas de políticas públicas consistentes. E, mais do que nunca, o Legislativo terá que ser atuante e responsável, a fim de defender o interesse dos vários segmentos da sociedade.

O agro é um exemplo de sucesso e pode fazer muito mais para o Brasil. É isso no que verdadeiramente acreditamos. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)